



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

Processo: **08505.036074/2018-42**

Interessado: **DANIEL STERN**

DESPACHO Nº. 121/2018 - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP	DATA: 25/06/2018
REFERÊNCIA: NUP: 08505.036074201842	
ASSUNTO: RECURSO em face do Auto de Infração nº 183_00634_2018	
INTERESSADO: DANIEL STERN	
DESTINO: SETOR DE MULTAS - Para ciência do autuado	
<p>Inicialmente o recorrente traz alegações sobre sua condição migratória, bem assim questionamentos acerca da vigência e eficácia da nova Lei nº 13.445 publicada em 24 de maio de 2017 quais sejam :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Questiona-se a eficácia e vigência da "nova" Lei de migração a qual entrou em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, sem considerar ou alcançar os atos e fatos ocorridos anteriores a sua plena vigência. Derrubando, desta forma qualquer alegação em atingir fatos anteriores a sua vigência. - Verifica-se efetivamente a permanência em situação irregular do requerente, conforme extrato de Tráfego Internacional, bem assim como afirma o próprio estrangeiro, o qual permanece no país em situação irregular desde o início do ano de 2008, permanecendo nessa situação após o vigor da "nova" Lei de Migração. - São arguidos em seguida os efeitos da irretroatividade tributária. Em breve análise ao conceito de tributo, verifica-se : <p>O conceito de tributo está definido no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN), abaixo citado:</p> <p style="text-align: center;"><i>"Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, <u>que não constitua sanção de ato ilícito</u>, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada."</i></p> <p style="text-align: center;"><i>(grifo nosso)</i></p> <p>Já a multa objeto do Auto de Infração ora questionado no presente recurso é consituída exatamente por uma sanção de ato ilícito descrita e tipificada na nova Lei de Migração nº 13.445/17, in verbis :</p> <p style="text-align: center;">"CAPÍTULO IX, DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS</p> <p style="text-align: center;"><i>Art. 106. Regulamento disporá sobre o procedimento de apuração das infrações administrativas e seu processamento e sobre a fixação e a atualização das multas, em observância ao disposto nesta Lei. (grifo nosso)</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Art. 107. As infrações administrativas previstas neste Capítulo serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observadas as disposições desta Lei." (grifo nosso)</i></p> <p>Sendo assim a multa objeto do referido Auto de Infração questionada nesse recurso em nenhum momento reveste quaisquer características, elementos, ou ainda, atributos do conceito de tributo, não sendo desta forma possível a arguição peticionada acerca de irretroatividade tributária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vencidas as alegações iniciais e avançando nos pedidos apresentados deparamos com a declaração de hipossuficiência apresentada pelo requerente, está sim com base legal e situada de acordo com a legislação vigente acerca do tema objeto do presente recurso. <p>Considerando a previsão legal, SOLICITO AO REQUERENTE " COMPLEMENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROVATÓRIA DE HIPOSSUFICIÊNCIA" para posterior análise do recurso administrativo acima referenciado, e apresentação de Declaração de Hipossuficiência em face do Auto de Infração nº 183_00634_2018 em nome de DANIEL STERN.</p> <p>Conforme disposto no Art. 65, da Lei nº 9.784/99, os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.</p> <p>O requerente simplesmente declara Hipossuficiência, onde, assinala não possuir renda. Contudo, permanece a dúvida quanto à situação declarada.</p> <p>Neste sentido, solicito ao ora requerente apresentação de documentos que comprovem a falta de capacidade econômica declarada, conforme dispõe o § 2º do art. 312, , do Decreto nº 9.199/2017, c/c. art. 4º, da Portaria nº 218 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 27/02/2018 , para que possamos melhor avaliar a condição alegada, considerando a renda pessoal, familiar e percapita ou o seu trabalho, para embasamento de nossa decisão, quanto ao benefício pleiteado SOLICITO A APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRATIVO DE CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA detalhada com comprovantes de receitas e despesas pessoais e familiares, bem como as Declaração de Hipossuficiência .</p> <p>Declaro aberto prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência ao interessado, para apresentação da documentação apresentada.</p>	

ADILSON TRIGO
Agente Administrativo da Polícia Federal
Classe Especial III – Matrícula nº 5870
Chefe em Exercício do NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/DPF/SP

Ciência ao interessado desta decisão, sem prejuízo da devida publicação no sítio da Polícia Federal - Data: ____/____/2018.

Assinatura : _____



Documento assinado eletronicamente por **ADILSON TRIGO, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 25/06/2018, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7190495** e o código CRC **FC4C0BB5**.

Referência: Processo nº 08505.036074/2018-42

SEI nº 7190495